

RELATO DE EXPERIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE DOCÊNCIA EM CURSO DE PSICOLOGIA E ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR PARA ADAPTAÇÃO DE TESTES PROJETIVOS POR ESTUDANTES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EXPERIENCE REPORT: REFLECTIONS ABOUT TEACHING OF PSYCHOLOGY COURSE AND INTERDISCIPLINARY ACTIVITY FOR ADAPTATION OF PROJECTIVE TESTS BY STUDENTS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

RELATO DE EXPERIENCIA: REFLEXIONES SOBRE LA DOCENCIA EN EL CURSO DE PSICOLOGÍA Y LA ACTIVIDAD INTERDISCIPLINARIA PARA LA ADAPTACIÓN DE PRUEBAS PROYECTIVAS POR ESTUDIANTES PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD

Denise Dias Almeida
denise_diasalmeida@hotmail.com
Doutora em Psicologia Cognitiva (UFPE).
Docente do curso de Psicologia na UNINASSAU - Petrolina

Layane Souza da Silva
layaneds@gmail.com
Mestranda em Psicologia (UNIVASF).
Docente do curso de Psicologia na UNINASSAU - Petrolina.

RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo refletir acerca da docência em curso de Psicologia ao propor atividade conjunta das disciplinas Psicologia e a Pessoa com Deficiência e Psicologia: Entrevistas e Testes Projetivos para adaptação de testes projetivos por graduandos para pessoas com deficiência. Os discentes elaboraram proposta de adaptação de testes projetivos, estudaram o conceito de Desenho Universal e a Nota Técnica Nº 4/2019/GTEC/CG do Conselho Federal de Psicologia. Os estudantes tiveram acesso a materiais sobre as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ao Estatuto da Pessoa com Deficiência para realizarem a atividade. Os grupos de graduandos escolheram o teste e o adaptaram para proporcionar o acesso de pessoas com deficiências a esse recurso da avaliação psicológica. Importante ressaltar que os discentes tiveram aulas sobre os testes escolhidos, entendendo acerca do objetivo, aplicação e análise de cada teste projetivo

(HTP, Bender, Pfister, TAT e CAT-H). Os discentes demonstraram em suas atividades a necessidade de adaptar os testes projetivos com a utilização de impressora 3D, peças em alto relevo, com velcro e textura diferentes, além do uso de mobiliário com altura regulável e como suporte as peças e materiais. Ressaltaram também que o planejamento e elaboração de testes para avaliação psicológica deveriam ser mais inclusivos ao utilizar diferentes materiais e a possibilidade de usar a fala ao invés da escrita. As docentes consideraram que a atividade interdisciplinar proporcionou reflexões sobre a atuação docente e a necessidade de propor atividades inclusivas, tais como a referida adaptação de testes projetivos para as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Docência em Psicologia. Pessoa com deficiência. Teste projetivo. Estudantes.

ABSTRACT

This experience report aims to reflect about teaching in a Psychology course when proposing a joint activity of the subjects Psychology and Person with Disabilities and Psychology: Interviews and Projective Tests for adaptation of projective tests by undergraduate students for person with disabilities. The students elaborated a proposal of adaptation of projective tests, studied the concept of the Universal Design and the Technical Note Nº 4/2019/GTEC/CG of the Federal Council of Psychology. They had access to materials about the norms of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT) and to the Convention on the Rights of Persons with Disabilities to realize the activity. The groups of undergraduates chose the test and adapted it to provide the access of people with disabilities to this resource of psychological evaluation. Importantly, the students had classes on the tests chosen, understanding about the purpose, application and analysis of each projective test (HTP, Bender, Pfister, TAT and CAT-H). The students demonstrated in their activities the need to adapt the projective tests with the use of a 3D printer, pieces in high relief, with different velcro and texture, and the use of furniture with adjustable height to support the pieces and materials. They also pointed out that the planning and development of tests for psychological assessment should be more inclusive by using different materials and the possibility of using speech instead of writing. The professors had considered that the interdisciplinary activity provided to reflections on the teaching performance and the necessity to consider inclusive activities, such as the aforementioned adaptation of projective tests for the person with disabilities.

Keywords: Teaching of Psychology. Person with disabilities. Projective test. Students.

RESUMEN

Este relato de experiencia tiene como objetivo reflexionar sobre la enseñanza en el curso de Psicología y proponer una actividad conjunta de las disciplinas Psicología y la Persona con Discapacidad y Psicología: Entrevistas y Pruebas Proyectivas para la

256

adaptación de pruebas proyectivas por estudiantes de grado para personas con discapacidad. Los estudiantes elaboraron una propuesta de adaptación de pruebas proyectivas, estudiaron el concepto de Diseño Universal y la Nota Técnica N° 4/2019/GTEC/CG del Consejo Federal de Psicología. Tuvieron acceso a materiales sobre las normas de la Asociación Brasileña de Normas Técnicas (ABNT) y el Estatuto de las Personas con Discapacidad para realizar la actividad. Es importante destacar que los alumnos recibieron clases sobre las pruebas elegidas, comprendiendo la finalidad, la aplicación y el análisis de cada prueba proyectiva (HTP, Bender, Pfister, TAT y CAT-H). Los alumnos demostraron en sus actividades la necesidad de adaptar las pruebas proyectivas con el uso de impresora 3D, piezas en alto relieve, con velcro y textura diferente, además del uso de muebles con altura regulable y como soporte de las piezas y materiales. También señalaron que la planificación y elaboración de pruebas para la evaluación psicológica debería ser más inclusiva mediante el uso de diferentes materiales y la posibilidad de utilizar el habla en lugar de la escritura. Los docentes consideraron que la actividad interdisciplinaria proporcionó reflexiones sobre el desempeño docente y la necesidad de proponer actividades inclusivas, como la mencionada adaptación de pruebas proyectivas para personas con discapacidad.

Palabras clave: Docencia en Psicología. Persona con Discapacidad. Prueba Proyectiva. Estudiantes.

INTRODUÇÃO

Na nossa sociedade parece que o conhecimento acerca das nomenclaturas e definição do conceito de pessoa com deficiência ainda são escassos. Segundo a Lei nº 13.146/2015 em seu art. 2º considera-se pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Observa-se que a deficiência é considerada em conjunto às barreiras e as condições disponíveis (ou não) na sociedade.

Acerca do desconhecimento sobre a deficiência, Sasaki (2012) alerta para a falsa ideia de que deficiência é doença. Além disso, o autor ressalta que o termo deficiência tem sido substituído de forma equivocada por palavras como incapacidade, defeito, limitação, entre outras. Diante da dificuldade de entendimento, em especial

sobre o que é doença e o que é deficiência, a atuação e o papel da educação se torna relevante para entendermos as mudanças de nomenclaturas e, assim, proporcionar uma educação inclusiva para as pessoas com deficiência.

No Brasil, desde a época do Império aconteceram as primeiras iniciativas de Educação Especial criadas por D. Pedro II como o Instituto Imperial dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos. Estes, atualmente, são o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). As escolas de educação especial com propostas de integração, concebiam uma visão de adaptação unilateral pela pessoa deficiente.

A partir de 1960 surgiram movimentos que questionavam as práticas assistencialistas. Já na década de 1980 o conceito de sociedade inclusiva teve visibilidade com o auxílio da luta antimanicomial, mas foi em 1981 que o conceito de inclusão foi visto como bilateral. Não é possível afirmar que existe somente um modelo ou uma prática de políticas de inclusão (WALBER; SILVA, 2006).

Diante da constatação da existência de modelos e práticas de inclusão diversos, é necessário compreender acerca da visão social sobre a pessoa com deficiência, Walber e Silva (2006), em seu artigo, analisaram historicamente o cuidado e a assistência às pessoas com deficiência. É notório, que, somente a partir do século XVI a deficiência foi considerada um problema médico - e não somente assistencial como em período anterior. Essa mudança proporcionou maior responsabilidade social e política, porém a segregação ainda estava presente nos asilos.

A partir do século XIX os deficientes eram encaminhados a organizações separadas para atendimento, às chamadas instituições de assistência, tratamento e estudos. Ao substituir a proposta de segregação, a integração dependia da anuência das normas sociais estabelecidas.

Gesser e Nuernberg (2017) mencionam a importância da Lei nº 13.409/2015 que assegura a reserva de vagas em cursos de nível médio técnico e superior em instituições federais para as pessoas com deficiência. Contudo, os autores pontuam que ainda é pequeno o número de estudantes com deficiência nestes níveis de ensino,

especialmente na educação superior. Os autores, ao se referirem ao deficiente, especialmente a deficiência física - expõem que a acessibilidade para esses estudantes deve garantir o seu acesso à sala de aula e a todo o *campus*. Ressalta-se que a inclusão de estudantes com deficiência, em especial nos ambientes universitários, perpassa pelas matrizes curriculares dos docentes.

O Ensino superior e a formação em Psicologia

Segundo Ferreira (2010), uma das especificidades do ensino superior é que o discente está na fase adulta e se supõe que tenha autonomia na escolha do curso/profissão e da universidade. Esta autonomia se relaciona com o desejo e busca de uma formação profissional. A autora relata que a formação docente perpassa pelo projeto pedagógico do curso e pela necessidade de o docente conhecer a prática profissional do curso em que ensina. Menciona, ainda que, do professor é esperado que além dos conhecimentos, atue como pesquisador.

Ser docente de psicologia tem se mostrado como desafio; Noronha (2003) ressalta acerca da formação profissional em Psicologia, e a necessidade de uma ampla revisão curricular para atender as demandas da sociedade brasileira. Para essa autora, ainda não existia uma preocupação com a formação do formador, sendo ainda poucos os estudos voltados para esta temática. De tal forma, sua pesquisa teve como objetivo analisar o tempo e a instituição de formação de 75 docentes, realização de pós-graduação e quais áreas os docentes de psicologia atuavam, especialmente sobre a área de avaliação psicológica.

Os dados da pesquisa indicaram que os professores psicólogos têm buscado realizar cursos de Pós-graduação – especializações, mestrados e doutorados – e que ainda há o predomínio da clínica na área de atuação, seguido da pesquisa e da área organizacional. Em relação ao ano de conclusão de curso pelos docentes, a maioria tinha se formado entre 1985 e 1989, mas a faixa de tempo variou de 1959 a 1989. Acerca da instituição de formação, a maioria se graduou em Universidades paulistas,

destacando-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP) e a Universidade de São Paulo (USP) (NORONHA, 2003).

Souza (2014) pontuou sobre a predominância de psicólogos na área clínica e que a docência seria uma atuação secundária “parece que a questão é ainda mais problemática: os formadores dos futuros psicólogos parecem não ter escolhido à docência como campo de atuação, e o fazem como atividade complementar a outras, sobretudo, a atividade clínica” (p.71). Observa-se que a área clínica foi preponderante em ambos os estudos. Referindo-se à formação do estudante de Psicologia para a docência, a autora assinala que não é obrigatória na matriz curricular, mas que deve ser trabalhada de forma complementar no projeto pedagógico.

Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) citam o desafio dos professores com a educação inclusiva, visto que a atuação e as metodologias geralmente utilizadas em sala são destinadas a um grupo homogêneo de estudantes. Abordam também a necessidade de os docentes de refletirem sobre a sala de aula e de se reinventarem para proporcionar a inclusão de estudantes com deficiência. Os autores destacam a importância da psicologia escolar neste processo ao redirecionar suas práticas e o papel central do professor na atuação do psicólogo. Nuernberg (2019) relembra que a temática deficiência foi trabalhada pela Psicologia Social, mas que antes foi conteúdo das disciplinas arcaicas Psicologia do Excepcional e Psicologia Diferencial.

Desenho Universal, Avaliação Psicológica e Proposta de Adaptação

Considerou-se o conceito de Desenho Universal (DU) presente na Lei nº 13.146/2015 em seu art. 3º § II – “desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015). Além da Nota Técnica Nº 4/2019/GTEC/CG do

Conselho Federal de Psicologia (2019a), os estudantes tiveram acesso a materiais sobre as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)¹.

Oliveira e Nunes (2018) pontuam que o Desenho Universal tem como proposta que os espaços, materiais, produtos e inclusive o currículo de ensino para pessoas com e sem deficiência possam usufruir e participar de forma igual. Observa-se que a inclusão precisa guiar o ensino e apreciar a diversidade corporal e cognitiva a partir dos processos avaliativos e de seus materiais e instrumentos. Destaca-se a avaliação psicológica como parte crucial dessa perspectiva, contudo, primeiro precisamos definir a Avaliação Psicológica.

Conceituamos a Avaliação Psicológica a partir do Conselho Federal de Psicologia (2013, p.13) que a considera “um processo amplo que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes, dentre elas, testes, entrevistas, observações e análise de documentos”. Observa-se que a avaliação psicológica não se limita à aplicação de testes. Oliveira e Nunes (2018) corroboram a posição do conselho (CFP), inclusive propõem que o desenvolvimento dos testes psicológicos deve ser disponível a todos, incluindo pessoas com deficiência, pessoas sem deficiências, estrangeiros.

O Conselho Federal de Psicologia tem disponibilizado materiais acerca desta temática e realizou o Prêmio Profissional Avaliação Psicológica direcionada a pessoas com deficiência (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019b). O compêndio com os oito trabalhos premiados está disponível para leitura e *download* no *site*. Faz-se necessário pontuar a edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão (2018) em comemoração aos 15 anos de existência do Sistema de Avaliações de Testes Psicológicos (SATEPSI).

Inclusive, nesta publicação Anache (2018) apresentou propostas de avaliação psicológica para pessoas com deficiência intelectual na perspectiva Histórico-Cultural.

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://abridef.org.br/conteudoExtra/abridef-arquivo-2016_07_05_09_49_50-361.pdf>.

A autora demonstra a possibilidade de atuação com este público e considera a perspectiva escolhida apropriada, visto que se realizava uma avaliação-intervenção. E esta focava na análise do processo, uma análise explicativa e genética para compreender o desenvolvimento do sujeito investigado.

Pode-se inferir a partir do estudo de Anache (2018) a possibilidade de incluir pessoas com deficiência, nesse caso intelectual, na produção e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica. No entanto, ao lecionar as disciplinas Psicologia e a Pessoa com Deficiência e Psicologia: Entrevistas e Testes Projetivos, percebemos que ainda não se discute amplamente a adaptação dos testes psicológicos para pessoas com deficiência ao verificar-se o escasso material sobre essa temática.

De tal maneira, a atividade interdisciplinar foi concebida trabalhando os conteúdos de desenho universal, acessibilidade e adaptação de testes projetivos trabalhados na disciplina e que foram selecionados pelos estudantes. Ressalta-se que a atividade foi realizada de forma remota devido à necessidade de isolamento social proveniente da pandemia de COVID-19, tornando necessário aos professores o replanejamento de suas aulas e o desenvolvimento de novas atividades como nos lembra Ventura (2021).

Diante das considerações explanadas, o presente relato de experiência tem como objetivo refletir acerca da docência em curso de Psicologia ao propor atividade conjunta das disciplinas Psicologia e a Pessoa com Deficiência e Psicologia: Entrevistas e Testes Projetivos para adaptação de testes projetivos por graduandos para pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência oriundo de atividade interdisciplinar. Os graduandos participaram de uma oficina proposta pelas docentes que possibilitou discutir as informações explanadas sobre a Nota Técnica Nº 4/2019/GTEC/CG do Conselho Federal de Psicologia (2019a) e das normas da Associação Brasileira de

Normas Técnicas (ABNT). A proposta da atividade interdisciplinar foi apresentada aos discentes com enunciado, critérios de avaliação e materiais base para a execução.

Durante a oficina ocorreu a revisão sobre os testes projetivos estudados na disciplina Psicologia: Entrevistas e Testes Projetivos. Os discentes esclareceram dúvidas específicas sobre o teste que escolheram, por exemplo, o Pfister e como poderia adaptar para incluir pessoas com deficiência. As perguntas envolveram não só a adaptação e as normas estabelecidas pela ABNT, mas ainda tiveram como objetivo entender a singularidade e especificidades das demandas de pessoas com deficiências. Ressalta-se que todos os testes projetivos escolhidos possuem parecer favorável pelo Sistema de Avaliações de Testes Psicológicos (SATEPSI).

Os estudantes, divididos em nove grupos de trabalho composto por até cinco membros, escolheram, em cada grupo, um teste projetivo e elaboraram uma proposta de adaptação do teste selecionado para pessoas com deficiência. Cada grupo determinou os tipos de deficiência a serem abordados. Além do material disponibilizado, as professoras orientaram e esclareceram as dúvidas acerca da atividade proposta que teve duração de um mês. Ressalta-se que as docentes estiveram disponíveis durante este período para esclarecimentos e forneceram informações para auxiliar os alunos no desenvolvimento das adaptações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os grupos compostos por graduandos em Psicologia escolheram cinco testes projetivos para propor suas adaptações. Faz-se necessário mencionar as especificidades de cada teste. O Teste das Pirâmides Coloridas Pfister é composto por três cartelas de quadrículos coloridos com 10 cores e 24 nuances que formam três pirâmides. É um teste de personalidade que verifica sintomas de depressão e ansiedade, além de conhecimento acerca dos analisados e características da personalidade (NOGUEIRA, 2013). Recomenda-se a aplicação do Pfister em crianças e adolescentes.

Rosa e Batista (2014) em seu artigo discorrem acerca da utilização do teste *House-Tree-Person* (H.T.P) por crianças com idade a partir de 8 anos. Segundo as autoras, esta é uma atividade atraente para a população infantil, posto que é possível utilizar os obstáculos verbais com este público. As autoras realizam uma extensa reflexão sobre o uso de testes para estudantes com dificuldade de aprendizagem. Importante ressaltar que o teste possui 4 fases em que a primeira é não verbal, seguida por fases de perguntas, repetição de desenhos com giz de cera e, por último, perguntas adicionais sobre o desenho colorido.

O Teste Gestáltico Visomotor de Bender foi elaborado por Lauretta Bender e avalia a percepção motora de crianças a partir de distorções. O teste consiste em nove cartões e cartelas brancas com figuras diferenciadas impressas em cor preta. Os cartões possuem comprimento de 14,9 centímetros e altura de 10,1 centímetros. Os estímulos são compostos por cinco figuras formadas por linhas retas ou contínuas e quatro por pontos e círculos. Os princípios da Gestalt considerados foram o de fechamento, de proximidade e de continuidade. A correção considera a proposta de Koppitz com 30 itens pontuados em quatro tipos: distorção da forma, rotação, integração e perseveração (FERREIRA; FEIL; NUNES, 2009). Este teste é aplicado em crianças entre 6 e 10 anos de idade.

O Teste de Apercepção Temática (TAT) é um teste projetivo norte-americano que avalia a personalidade através da revelação de emoções, impulsos e sentimentos que o investigado não tem consciência deles. O TAT possibilita ainda avaliar comportamento, identificar doenças psicossomáticas, psicose e neurose. Apresentam-se cartões ao sujeito e o examinador solicita que sejam contadas histórias inventadas e sem premeditação. O inquérito irá identificar a fonte de inspiração e novas associações (PARADA; BARBIERI, 2011). Recomenda-se que o avaliado tenha idade a partir de 14 anos até 40 anos.

O Teste de Apercepção Infantil segundo Schelini e Benczik (2010) envolve três formas com três tipos de figuras diferentes: figuras de animais (CAT-A); figuras com humanos (CAT-H); figuras de animais apresentadas em situações diferentes para

identificar situações de conflito específicas (CAT-S). A equipe de discentes escolheu utilizar somente o CAT-H, e este é composto por 10 cartões e a criança deve contar uma estória com início, desenvolvimento e final. O teste se propõe a conhecer a estrutura afetiva da criança e sua dinâmica diante de problemas e desejos e é interpretado por dez categorias (SCHELINI; BENCZIK, 2010). É utilizado para avaliação de crianças de 7 anos a 12 anos e 11 meses.

As adaptações sugeridas pelos discentes consideraram a aplicação desde o momento das instruções dos testes e preocuparam-se também com a anamnese e as recomendações para realizar a testagem. Esta proposta demonstra a ideia de avaliação psicológica como “um amplo processo de investigação, no qual se conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão mais apropriada do psicólogo” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.11). Ou seja, a avaliação psicológica além da aplicação dos testes, projetivo ou psicométrico, se inicia na investigação da (s) demanda (s). No Quadro 1 é possível visualizar as propostas de adaptações do mobiliário e dos testes projetivos sugeridas pelos nove grupos de discentes.

Quadro 1: Informações sobre os Testes Projetivos escolhidos e as propostas de adaptações sugeridas pelos discentes

Teste Projetivo	Proposta para Deficiência Física	Proposta para Deficiência Visual	Proposta para Deficiência Auditiva
-----------------	----------------------------------	----------------------------------	------------------------------------

<i>House - Tree - Person</i> (HTP)	A altura da mesa deve ser acessível para pessoa com cadeira de rodas, com uma altura entre 0,75 e 0,85 metros, e permitindo o avanço até no máximo de 0,50 metros	Perguntas realizadas de forma oral. Uso de lupa e lápis de cera com tinta dimensional 3D. Folha A4 rodeada nas bordas com uma fita adesiva que serve de sinal tátil do limite das margens. Megascópio para servir como base para a folha A4	Fala pausada para leitura labial. Uso de vídeo escrito-visual, com desenhos didáticos na presença de legendas e intérpretes de LIBRAS
<i>House - Tree - Person</i> (HTP)	_____*	Impressão dos desenhos em alto relevo	Uso de LIBRAS (sinais visuais e impressos) - assistente bilingue
<i>House - Tree - Person</i> (HTP)	Mobiliário (suporte, altura da mesa)	Uso de caneta em alto relevo	Uso de LIBRAS (sinais visuais)
Teste Bender	Impressão em folhas de ofício para cada símbolo	Figuras em alto relevo	Uso de LIBRAS, fala pausada para leitura labial
Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC)	Mobiliário (suporte, altura da mesa)	Uma base triangular em alto relevo com encaixe dos quadradinhos para o avaliando	Uso de LIBRAS (sinais visuais e vídeo)
Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC)	Folha de aplicação do teste em 3D	Cada cor terá um formato diferente para manuseio. Cada tom de cor terá uma textura diferente. Folha de aplicação do teste em 3D	Instruções em vídeo explicativo com um intérprete de LIBRAS e um assistente fazendo leitura pausada e o avaliando realizar a leitura labial
Teste de Apercepção Temática (TAT)	_____*	Lâminas com a impressão dos desenhos em alto relevo	Uso de LIBRAS (sinais visuais)

Teste de Apercepção Temática (TAT)	Lâminas apoiadas por um velcro em um material de acrílico em formato de L	Lâminas apoiadas por um velcro em um material de acrílico em formato de L. Uso de lupa	Uso de vídeo escrito-visual e uso de adesivos com os sinais impressos
Teste de Apercepção Temática Infantil - Figura Humana (CAT-H)	Cartões impressos em alto relevo por impressora 3D	Cartões impressos em alto relevo por impressora 3D	As imagens das pranchas/cartões apresentados por um sintetizador de voz com tradução simultânea em Libras. Pranchas/ cartões impressos em alto relevo por impressora 3D

* Os grupos consideraram que independentemente de ter ou não participantes com deficiência, no consultório psicológico já deveria existir o mobiliário que considerasse a acessibilidade e as normas da ABNT para tornar o ambiente de igual acesso para todos.

Os discentes consideraram três aspectos principais propostos na Nota Técnica Nº 4/2019/GTEC/CG do Conselho Federal de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019a): a) Conhecimento sobre o público-alvo, b) Graus diferenciados de uma mesma deficiência, c) Condições iguais de aplicação para pessoas com e sem deficiência. É necessário pontuar que o nível da deficiência foi ponderado pelos estudantes na adaptação dos testes, por isso a diversidade de propostas.

Acerca do grau de dificuldade, segundo Di Nubila e Buchalla (2008), os códigos que categorizam a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) são acompanhados de qualificadores da gravidade da dificuldade da deficiência; por exemplo, na deficiência visual considera os níveis leve, moderado, grave ou completo. Desta forma, se a deficiência visual foi considerada leve pelos discentes, a impressão em letra maior e o uso de lupa poderiam facilitar a leitura das instruções ou a visualização das gravuras/figuras.

O uso de Tecnologias Assistivas também foi amplamente reforçado pelos universitários em suas considerações para uma avaliação psicológica inclusiva. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) estabelece em seu artigo 3 § III

– tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionadas à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Desta forma, observa-se, nas sugestões de adaptação que os procedimentos dos testes psicológicos não eram inclusivos, necessitando de adequações.

A preocupação dos graduandos com a fidedignidade dos testes foi considerada. Um dos grandes questionamentos era se a adaptação necessitaria de maior tempo de aplicação do teste, visto que estes foram produzidos anteriormente para um público sem deficiência. Ressalta-se que a Resolução 09/2018 estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica por psicólogos e regulamentou o SATEPSI – Sistema de Avaliações de Testes Psicológicos. Inclusive Rueda e Zanini (2018) escreveram um artigo sobre as mudanças oriundas dessa resolução, como, por exemplo, mudança no manual que deve conter uma ficha síntese, exemplos de utilização, administração, interpretação de resultados, entre outros.

Acerca da Resolução 09/2018, Andrade e Valentini (2018) apontam em seu artigo que evidências de fidedignidade precisão/fidedignidade e de validade são discutidas no documento. Os autores em pontuam que condições físicas e psicológicas podem afetar a precisão dos escores. Até mesmo o ambiente (luminosidade, conforto do mobiliário e temperatura) e questões subjetivas do avaliador (rigidez ou flexibilidade na pontuação) podem afetar o desempenho do avaliando, e conseqüentemente a fidedignidade do teste. Diante destes pontos, se faz necessários mais estudos futuros que investiguem se as adaptações realizadas na avaliação psicológica podem alterar a fidedignidade e a validade dos testes.

Outro ponto relatado pelos estudantes foi a importância da inclusão social, destacando que algumas adaptações, como, por exemplo, o alto relevo das peças, a utilização de diferentes formatos e texturas poderiam ser universais, ou seja, para utilização de pessoas com e sem deficiência.

Mencionaram ainda preocupação com o mobiliário e a necessidade de seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como largura das portas, sinalização do ambiente, altura das maçanetas e das mesas. Os discentes relataram cuidado para com o participante com deficiência, pois um mobiliário ou testes não adaptados poderiam produzir esforço além de sua capacidade. Por exemplo, se o avaliado tem limitação motora na mão e o teste não foi ajustado, a probabilidade de realização da avaliação psicológica seria mínima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente atividade interdisciplinar mostrou a necessidade de psicólogos e graduandos de Psicologia repensarem suas práticas para proporcionar que a profissão e a educação sejam mais inclusivas conforme refletem Fonseca, Freitas e Negreiros (2018). Destaca-se que a atividade foi realizada em 2020 e orientada pelas docentes de forma remota devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esta nova configuração também foi um desafio para as docentes e os graduandos, visto que todas as aulas e orientações aconteceram de forma remota, a partir de uma plataforma virtual.

Refletir sobre as necessidades e planejar as adaptações necessárias a utilização de recursos para pessoas com deficiência foram o grande ganho destes estudantes. Os resultados mostraram que não são necessárias grandes modificações para tornar os testes escolhidos acessíveis, mas que a inclusão deve começar no planejamento dos materiais e procedimentos de avaliação psicológica. Estes devem ser elaborados a partir dos preceitos do desenho universal, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, das instruções do Conselho Federal de Psicologia e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Nota Técnica Nº 4/2019/GTEC/CG do Conselho Federal de Psicologia (2019a).

Os graduandos demonstraram preocupação com os procedimentos de avaliação psicológica e com a necessidade de se pensar na inclusão e na acessibilidade. Considera-se que a execução da tarefa demonstrou crescimento dos

discentes como cidadãos e futuros psicólogos. Esta atividade conjunta e seus resultados proporcionou às docentes refletirem sobre as propostas elaboradas pelos discentes, e em novas formas de elaborar atividades interdisciplinares que contemplem especialmente as pessoas com deficiência e que sejam mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach. Avaliação Psicológica na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2018, v. 38, n. spe, pp. 60-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000208800>>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

ANDRADE, Josemberg Moura de; VALENTINI, Felipe. Diretrizes para a Construção de Testes Psicológicos: a Resolução CFP nº 009/2018 em Destaque. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2018, v. 38, n. spe, pp. 28-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000208890>>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 13.146/2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Avaliação Psicológica**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 009, de 25 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **NOTA TÉCNICA nº 4/2019/GTEC/CG**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Prêmio profissional avaliação psicológica direcionada a pessoas com deficiência**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019b. 116 p.

DI NUBILA, H. B. V; BUCHALLA, C. M. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-335, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

FERREIRA, V. S. As especificidades da docência no ensino superior. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 85-99, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3058/2986>>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

FERREIRA, Roselaine Berenice; FEIL, Cristiane Friedrich; NUNES, Maria Lucia Tiellet. O Teste Gestáltico Visomotor de Bender na avaliação clínica de Crianças. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 14, n. 2, p. 185-192, ago. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712009000200007>>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

FONSECA, T. da S; FREITAS, C. S. C; NEGREIROS, F. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 427-440, set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000300427&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 de jun. de 2021.

GESSER, M; NUERNBERG, A. H. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe.3, p. 151-166, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000700151&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

NORONHA, Ana Paula Porto. Docentes de psicologia: formação profissional. **Estud. psicol.**, Natal, v.8, n.1, p. 169-173, Apr. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100019>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

NOGUEIRA, Tânia da Glória. O teste de Pfister na avaliação de depressão e ansiedade em universitários: evidências preliminares. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 63, n. 138, p. 11-21, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jun. de 2021.

NUERNBERG, A. H. Psicologia e estudos sobre deficiência: história e perspectivas In: GESSER, M. et al. (Org.). **Psicologia e Pessoas com deficiência**. Florianópolis: Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP-12: Tribo da Ilha, 2019.

OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Modelo de Testagem Universal Aplicado à Área da Avaliação Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2018, v. 38, n. spe, pp. 98-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703000209007>>. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

PARADA, Ana Paula; BARBIERI, Valéria. Reflexões sobre o uso clínico do TAT na contemporaneidade. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 16, n. 1, p. 117-125, Apr. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-82712011000100013>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

ROSA, S; BATISTA, A. P. L. Qual a importância de um teste projetivo como o H.T.P. para auxiliar na avaliação psicológica em crianças com dificuldade de aprendizagem. **Revista Online de Divulgação Científica da UNIDAVI**, v.11, p.37-54, 2014. Disponível em: <http://siteunidavi.s3.amazonaws.com/revistaCaminhos/CAMINHOS_HUMANIDADES_revisado_ano5.pdf#page=37>. Acesso em: 09 de maio de 2021.

SASSAKI, R. K. Por falar em classificação de deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Recife, v. 12, n. 12, 2012. Disponível em: <<https://audiodescriptionworldwide.com/associados-da-inclusao/rbtv/por-falar-em-classificacao-de-deficiencias/>>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

SCHELINI, P. W; BENCZIK, E. P. Teste de apercepção infantil: o que foi e o que precisa ser feito. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 60, n. 132, p. 85-96, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432010000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

SOUZA, V. L. T. de. A constituição identitária do professor de psicologia: quem forma o formador?. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 64-82, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 de maio de 2021.

VENTURA, P. P. B. Indicadores de metodologias ativas no ensino remoto emergencial. **Revista Interdisciplinar Em Educação E Territorialidade – RIET**, v.2, n.2, p. 167-183, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/riet.v2i2.14521>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

WALBER, V. B; SILVA, R. N. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n.1, p. 29-37, janeiro-março. 2006. Disponível em:



e-ISSN: 2177-8183

<<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.